

Credores não têm pressa de renegociar a dívida

7 MAI 1985

O presidente do Bank of Montreal, um dos dez maiores credores do Brasil, J. W. Mulhohand, disse ontem, em Brasília, que os bancos internacionais não estão com pressa de renegociar o pagamento da dívida externa, pois compreendem que o novo governo precisa de tempo para se inteirar dos entendimentos já realizados e do que pode ser aproveitado ou não.

Mulhohand fez essas afirmações depois das audiências que teve com o presidente José Sarney e com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. A Sarney, o presidente do Bank of Montreal, que tem assento no comitê assessor de bancos credores do Brasil, manifestou seu pesar pelo falecimento do presidente eleito Tancredo Neves e ofereceu solidariedade ao novo governo. O presidente do Banco Montreal de Investimentos, Pedro Leitão da Cunha, que o acompanhava, não respondeu se essa solidariedade poderia traduzir-se em novos empréstimos.

Indagado sobre uma suposta rejeição do Brasil à auditoria do Fundo Monetário Internacional — FMI — enquanto durar a nova renegociação, o chairman do Bank of Montreal disse que não tomou conhecimento dessa posição por parte do Brasil.

A decisão do Ministério da Fazenda, de endossar as negociações da dívida externa acertadas preliminarmente com os banqueiros pelo governo anterior, vem preocupando importantes técnicos do atual governo, para os quais o esquema de pagamento acordado representará fortes restrições à expansão da economia brasileira e à possibilidade de realização de um combate eficiente à inflação.

Para técnicos do Banco Central, o objetivo real do esquema proposto pelos bancos

credores do Brasil no ano passado, é o de criar condições para que seja rapidamente reduzida a elevada exposure dos principais bancos credores.

Poucas vantagens

Entendem técnicos de alguns setores do governo que o novo acordo com os bancos credores deve ser rediscutido, porque as vantagens com relação aos acordos anteriores, são bem menos significativas do que as autoridades econômicas, passadas e atuais, tentam apresentar à Nação. Na realidade, o esquema de pagamento da dívida brasileira, pelo acordo preliminar deixado por Delfim, Galvão e Pastore, não passa da formalização de um fato já aceito: de que precisam aceitar um refinanciamento plurianual das parcelas do principal.

As desvantagens, porém, começam justamente aí, porque o novo esquema de pagamento prevê um sistema de amortização gradual que envolve o pagamento crescente das parcelas do principal. Isso, na opinião de técnicos do BC, representa um retrocesso em relação às expectativas geradas pela Nova República, porque prevalece uma premissa perigosa: a de que o Brasil, principal devedor do mundo, terá recursos não apenas para pagar toda a conta de juros, estimada em US\$ 11 bilhões, mas também de arcar com pagamento crescente do principal nos próximos anos.

O esquema preliminar, que o ministro Francisco Dornelles colocará na mesa de discussões esta semana com banqueiros em Nova York, também prevê a ausência de dinheiro novo dos bancos credores nos próximos anos, e isso, conforme os técnicos, pode afetar inclusive a negociação com o

Clube de Paris. Explicam esses técnicos que o Brasil pode inclusive ser conduzido a reescalonar apenas o principal, quando, até o esquema anterior, a negociação abrangia também os juros. Isso contribui para aumentar o volume de pagamentos a ser realizado pelo Brasil nos próximos anos, comprometendo o desenvolvimento interno.

Tudo isso, argumentam ainda os técnicos, poderia levar o Parlamento a indagar do ministro Francisco Dornelles, amanhã, sobre as reais vantagens que ele vê no acordo preliminar herdado de Galvão, Pastore e Delfim. Afinal, afirmam, as desvantagens para o País são evidentes.

Associação

O presidente do Conselho de Administração da Bankers Trust Company — controladora da Bankers International Corporation, que coordena o chamado Projeto 4 da dívida externa brasileira —, Alfred Brittain III, chegou ontem ao Rio Grande do Sul para formalizar a associação de seu grupo com a holding gaúcha Companhia Iochpe de Participações S/A (Iparsa) no controle do Banco Iochpe de Investimentos S/A. Ele não quis fazer maiores comentários sobre a renegociação da dívida externa.

A associação entre a Bankers e a Iparsa foi consumada em janeiro deste ano, quando o Banco Central e a Federal Reserve Bank dos Estados Unidos aprovaram as negociações iniciadas em novembro do ano passado. A Bankers International Corporation adquiriu a Iparsa, por US\$ 22 milhões, 33,33% das ações ordinárias (com direito a voto) e 66,67% das ações preferenciais do Banco Iochpe de Investimentos S/A.